

Luta por salário e reconhecimento

Je
Jornal do Engenheiro



Acumulando perdas de quase 50% e sem um plano de carreira que valorize seu trabalho pela cidade de São Paulo, engenheiros e arquitetos retomam mobilização e buscam negociação com a Prefeitura da Capital. **Página 6**





CONSTRUIR O BRASIL QUE ALMEJAMOS

EM 26 DE OUTUBRO, os brasileiros foram às urnas e democraticamente reelegeram a presidente Dilma Rousseff para governar o País por mais quatro anos. Em primeiro lugar, temos a comemorar o amadurecimento da nossa democracia com a realização da sétima eleição direta para a Presidência da República, em perfeita normalidade. É importante lembrar que, num passado bastante recente, há 30 anos, isso ainda era um sonho a ser realizado e um direito a ser conquistado. À presidente eleita, cabe agora fazer jus a essa vitória, que traz a enorme responsabilidade de pôr em marcha iniciativas que possam recolocar o Brasil no rumo do crescimento econômico e de ampliação da justiça social.

Conforme propõe o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), é preciso reverter o quadro de baixa expansão econômica que voltou a afligir o País. Em que pesem as dificuldades causadas pela crise internacional, da qual não estamos imunes, são necessárias medidas que se contraponham tanto quanto possível ao cenário desfavorável. Essencial neste momento é reverter o quadro de desindustrialização precoce que estamos vivendo. Essa meta exige que se adotem medidas macroeconômicas adequadas, administrando-se taxa de juros e câmbio de forma muito precisa. Requer também uma política industrial de fato. Temos que ampliar a produtividade do trabalho, mas também aprimorar a capacidade do capital, com modernização de processos, atualização de técnicas de gestão, capacitação gerencial e empresarial, contínua renovação de parques industriais e incessante incorporação de tecnologia avançada. Ou seja, a inovação deve ser a tônica. Ainda como sugere o “Cresce Brasil”, deve haver incentivo ao adensamento das cadeias produtivas, levando-se em conta vantagens competitivas já estabe-



lecidas ou potencialmente viáveis no curto prazo. Um primeiro grupo a ser considerado é o da industrialização local dos insumos agrominerais, em cujo fornecimento o País já tem condições privilegiadas de custos, acessibilidade e qualidade. Adicionalmente, deve ser estimulada a produção nacional de bens intermediários demandados por setores industriais em que já temos bom posicionamento internacional, pois as próprias empresas atuantes nesses segmentos podem operar como incubadoras de uma rede de fornecedores e satélites. Simultaneamente a esse esforço de aprimoramento da nossa indústria, é impres-

cindível valorizar o trabalho. O Brasil deve caminhar para uma realidade de erradicação da informalidade, com garantia de direitos a todos, salários que assegurem uma vida digna e condições adequadas de exercício da atividade produtiva. Pautas históricas do movimento sindical, como a redução da jornada, combate à terceirização, fim do fator previdenciário e manutenção da política de aumento do salário mínimo, devem ser incorporadas à agenda do desenvolvimento. Que o novo governo, democraticamente eleito com o compromisso de atuar em prol de todo o nosso povo, tenha sucesso nessa empreitada.

Novo governo tem a tarefa de recolocar o País no rumo do crescimento econômico e de ampliação da justiça social.

JORNAL DO ENGENHEIRO — Publicação quinzenal do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Celso de Campos Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, João Paulo Dutra, Henrique Monteiro Alves, Marcos Wanderley Ferreira, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Fernando Palmezan Neto, Antonio Roberto Martins, Edilson Reis, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Álvaro Luiz Dias de Oliveira, Aristides Galvão, Celso Rodrigues, Gid Barbosa Lima Junior, Fabiane B. Ferraz, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Newton Güenaga Filho, Osvaldo Passadore Junior Renato Becker e Rubens Lansac Patrão Filho. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil e Deborah Moreira. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Jéssica Silva e Monique Alves. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista — São Paulo — SP — CEP 01316-901 — Telefone: (11) 3113-2650 — Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: confira no link <http://goo.gl/yFwIR5>. Tiragem: 31.000 exemplares. Fotalito e impressão: Folha Gráfica. Edição: 1º a 15 de novembro de 2014. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo a opinião do SEESP.

ELABORADO A
ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS





Qual o horizonte que sua empresa quer alcançar?

Divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

Anuncie aqui!

(11) 99173-0651

(11) 3284-9880

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros. Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Imprensa sindical, comunicação que organiza

João Franzin

O PRIMEIRO BOLETIM que fiz para um sindicato era datilografado em estêncil e rodado em mimeógrafo a álcool. Aquele boletim, precário, agitou e deu suporte à greve numa multinacional fabricante de pneus. Depois, evoluímos. Datilografávamos o texto em máquina elétrica, colávamos em colunas (*paste-up*) e fazíamos os títulos em *letraset* ou algo parecido, com cada letra decalcada de cartelas. Numa eleição, durante pouco mais de duas semanas, produzi 32 boletins por esse sistema. E ganhamos.

A tecnologia, em 30 anos, deu um salto fabuloso; o sindicalismo ampliou seu raio de ação. Mas os desafios da comunicação sindical permanecem: informar, mobilizar, agitar; ser às vezes retaguarda e em outras, ponta de lança da luta sindical.

Certos círculos prezam a discussão a respeito da linguagem adequada à mídia sindical. Eu não gosto. Creio que boa linguagem é dizer a verdade, de modo claro; levar informação relevante; municiar com dados; mobilizar rumo a objetivos palpáveis.

De alguns anos para cá, tenho concentrado o foco da comunicação das entidades onde atuo e da própria *Agência Sindical* no fortalecimento do conceito de sindicalismo: sindicato é bom; sindicato atua; sindicato assiste; sindicato organiza; sindicato mobiliza; sindicato constrói; sindicato melhora a vida do trabalhador e, por isso, a do próprio País. Penso que, assim, o sindicalismo "movimento" e o sindicalismo "instituição" se fortalecem.

Angelo Agostini, 1886



Para mim, comunicação sindical é jornalismo e propaganda juntos. Jornalismo porque informa; propaganda porque divulga, massifica e repete ideias, palavras de ordem e conceitos.

Penso que um dos desafios do movimento sindical é conjugar a formação de quadros jovens com a renovação de suas direções. Vale o mesmo para a mídia sindical, cujos profissionais cumprem tarefas extenuantes, não têm tempo para se reciclar ou ensinar colegas que estão começando. Essa carência prejudica a qualidade do texto, da edição, da diagramação e é ainda mais marcante no aspecto gráfico e visual dos materiais.

Hoje, os trabalhadores filmam e gravam assembleias, principalmente em portas de fábrica. Os mais jovens dominam com incrível agilidade essas ferramentas. Muitos, sem saber, documentam a própria história, mas esse material se perde no vasto emaranhado da rede. Tais "repórteres de pés descalços" precisam aprender o caminho de levar conteúdo até suas entidades de classe. E essas devem se desdobrar no esforço de coletar, editar e devolver à base um conteúdo articulado e agregador.

A imprensa sindical, comunicação que organiza, será mais eficaz se repercutir a orientação de cada entidade, sabendo agregar novas tecnologias e ferramentas.

João Franzin é jornalista da *Agência Sindical*, apresentador do programa *Câmera Aberta Sindical*

E-mail: joaofranzin@agenciasindical.com.br

Facebook: [facebook.com/joaofranzin](https://www.facebook.com/joaofranzin)

Site: www.agenciasindical.com.br



SENHORAS E SENHORES, BEMVINDOS AO TERCEIRO TURNO



CONECTIVIDADE TRAZ O BEM VIVER

Rita Casaro e Fábio Pereira

NA CHAMADA ECONOMIA CRIATIVA, trabalha-se com um fator de produção cujo uso não reduz o seu estoque. Para completar, graças basicamente à internet, esses bens imateriais podem circular livremente por ondas eletromagnéticas. Para Ladislau Dowbor, professor titular do Departamento de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) nas áreas de economia e administração, esse cenário representa

uma profunda revolução socioeconômica e cultural, que tem contribuído para melhorar as condições de vida das pessoas, reduzindo a pobreza e ampliando o acesso a serviços. Fazer com que os benefícios dessa nova dinâmica sejam universalizados, contudo, implica convencer o poder público da sua importância e vencer os interesses de grupos empresariais que insistem em lucrar “cobrando pedágio” sobre o compartilhamento do conhecimento.

lias, por meio de subconcessões – o que é ilegal –, controlam o conjunto da radiodifusão. A visão do acesso à informação como um bem público é uma batalha. Veja as dificuldades que temos para democratizar a mídia no Brasil. Mas há o lado positivo, um conjunto de sistemas que estão saindo em paralelo e fazem circular o que as pessoas acham que é bom. De certa maneira, o acesso ao conhecimento vai passar a se organizar nesse sistema, hoje alternativo e amanhã dominante, pela demanda e não pela oferta.

O senhor tem afirmado que a conectividade melhora a vida das pessoas. Por quê?

O pano de fundo dessa realidade é a economia criativa. Por exemplo, no meu celular, posso ter 95% de tecnologia e *design* e, talvez, 5% de trabalho físico e matéria-prima. O principal fator de produção está se tornando o conhecimento e esse, que é imaterial, circula nas ondas magnéticas e pode se tornar acessível a qualquer pessoa do planeta. Os pequenos agricultores do Quênia têm um celular por meio do qual conseguem obter informação para o seu trabalho. Na era agroindustrial, os bens são materiais. Se eu te passo o meu relógio, eu deixo de ter o meu relógio, são os chamados bens rivais. Agora, se você me passa o conhecimento, ele continua com você, é um fator de produção cujo uso não reduz o estoque. Com isso, você tem um deslocamento radical da lógica econômica e cultural. Eu vejo isso como uma revolução tão profunda quanto foi a transição da era agrícola para a industrial.

Os dados disponíveis, como o Atlas do Desenvolvimento Humano 2013, mostram objetivamente melhoria no nível de vida das pessoas no Brasil. Isso pode ser atribuído à conectividade?

Há uma contribuição grande, porque a conectividade permite ter acesso à informação, e isso é vital para você ter acesso às outras necessidades da vida, aos outros direitos. Nos 20 anos cobertos pelo Atlas, o brasileiro ganhou nove anos de expectativa de vida. Em 1991, 85% dos municípios tinham IDH (*Índice de Desenvolvimento Humano*) muito baixo, inferior a 0,50, que

é o buraco. Em 2010, são apenas 32 nessa condição, ou seja, 0,6%. Na realidade, as coisas se conjugam. É importante entender que o viver melhor não é só a renda. O conforto da vida em grande parte não se dá através do consumo individual, e sim de como a sociedade melhorou.

E como fazer para universalizar o acesso à internet, o que ainda não é realidade no Brasil?

O que precisamos é de cabos de fibra óptica e sistema de satélites para fazer essa infraestrutura de retransmissão. Depois de criada e considerando que as ondas eletromagnéticas são gratuitas porque são da natureza, os custos se tornam absolutamente ridículos. Na economia, quanto os custos são ridículos é um problema para a empresa, porque ela diz: “Como é que eu ganho?”. O natural é que esses serviços sejam oferecidos como públicos e gratuitos. Mas temos os grandes grupos como Vivo, Claro, Oi etc., que ganham literalmente cobrando pedágio sobre o acesso. Isso gera uma disritmia. É como os senhores feudais que cobravam cada vez que alguém atravessava suas terras. E temos a infraestrutura individual, como o celular, o computador. Esses equipamentos hoje no Brasil basicamente estão generalizados. Veja que a televisão, que está em 97% dos domicílios, pode perfeitamente ser utilizada de maneira inteligente.

Mas os senhores feudais da sociedade da informação continuam cobrando pedágio.

Há um oligopólio nos celulares e no sistema de comunicação. Basicamente, quatro famí-

E como persuadir o poder público sobre a importância da conectividade?

Nós temos que divulgar a conta do setor. A cidade de Pirai, no Rio, através de Franklin Coelho, pesquisador da Universidade Federal Fluminense, a custos mínimos, assegurou banda larga para todo mundo, é o *wi-fi* urbano. A compreensão de que a conectividade torna a sociedade, no conjunto, incomparavelmente mais produtiva é o argumento chave para fazer as autoridades e o público entenderem que todo oligopólio tem que ser abolido para se resgatar a dimensão de bem público da comunicação e da conectividade.

Estamos treinados para gerir esse volume de conhecimento ao qual, em princípio, todos têm acesso?

O interessante é que se desenvolveu o sistema de algoritmos, que vai buscar suas raízes na álgebra booleana, bem lá atrás, que dá expressão matemática e, portanto, de linguagem de máquina, não só a números e palavras, mas a relações entre conceitos. Isso é importante porque, de um lado, temos zilhões de informações sendo produzidas e, ao mesmo tempo, houve uma evolução para um sistema inteligente de busca. A questão real é que a capacidade que se busca hoje não é mais a de encher a cabeça de informações, mas de saber navegar. E aí temos que repensar a educação e o nosso trabalho cotidiano. Mas é uma avalanche: a mudança das tecnologias, a conectividade das pessoas, o fato de que você pode estar muito mais conectado e ao mesmo tempo muito mais sozinho.



Beatriz Armida

Ladislau Dowbor: “Na economia criativa, o principal fator de produção é o conhecimento e esse, que é imaterial, circula nas ondas magnéticas e pode se tornar acessível a qualquer pessoa do planeta.”

CIDADES MAIS SEGURAS PARA EVITAR DESASTRES CLIMÁTICOS

Rosângela Ribeiro Gil

DE 13 A 17 de outubro, foi realizada a I Semana Municipal de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento, na Capital paulista, organizada pelo Conselho Municipal da Ciência, Tecnologia e Inovação (CMCT&I), do qual o SEESP faz parte. O painel que discutiu C&T e participação popular na gestão de riscos, desastres e a construção de cidades mais seguras aconteceu na sede do sindicato, no dia 14, e contou com a participação de técnicos, especialistas e população.

Sidnei Furtado, promotor para o Brasil do Programa de Cidades Resilientes da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciou os trabalhos lembrando que atualmente mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas. Diante desse cenário, apontou, planejar cidades mais seguras é o grande desafio da sociedade moderna, que vem se deparando, com maior frequência, com a ocorrência de desastres, por diversas razões, entre elas, climas extremos e alterados.

Tal cenário levou à realização, em 2010, de congresso na Alemanha, onde foi lançada a campanha pela construção de cidades resilientes. O Brasil, informou Furtado, até 2011, não participava desse esforço, fato que mudou, a partir do mesmo ano, depois que chuvas fortes provocaram deslizamentos de terras e mais de 900 mortes em municípios da região serrana do Rio de Janeiro, como Areal, Teresópolis e Nova Friburgo. Hoje, segundo ele, 292 cidades brasileiras se inscreveram no programa da ONU para se tornarem resilientes.

Furtado explicou que a resiliência e a redução de riscos de desastres devem fazer parte do desenho urbano e das estratégias para alcançar o desenvolvimento sustentável, acabando com a “cultura” da resposta e investindo na prevenção. Por isso, ressaltou, são necessárias alianças fortes, envolvendo os setores público e privado, a sociedade civil, as instituições acadêmicas e os meios de comunicação.

A cidade resiliente a desastres combina residências e comunidades com serviços e infraestrutura organizados e que obedeçam a padrões de segurança e códigos de cons-

trução, sem ocupações irregulares; um governo local competente, inclusivo e transparente; o empoderamento dos cidadãos para participação, decisão e planejamento de sua cidade em conjunto com as autoridades locais, entre outros itens.

Gestão participativa

Geólogo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Eduardo Soares de Macedo abordou a gestão participativa dos riscos. Sob essa ótica, enfatizou a importância de se mudar o entendimento errôneo que a sociedade ainda tem da defesa civil, que seria aquela que vai à comunidade atingida por desastres climáticos para fornecer cesta básica, colchão ou lonas. “O nosso sistema precisa mudar urgentemente. Precisamos ter a consciência do risco, e não do desastre”, argumentou. A realidade, contudo, não mudou, desde o início do século XX, quando, em 1928, ocorreu o primeiro desastre por deslizamento na cidade de Santos, no litoral paulista, matando 40 pessoas. As áreas de risco continuam se formando todos os dias no País, o que, como frisou, somente será revertido com planejamento urbano e técnico, bem como com ações integradas da municipalidade, envolvendo desde as áreas de habitação, planejamento urbano, plano diretor da cidade até a educação.

Segundo ele, pelos dados do IPT de 2010, a cidade de São Paulo tem, ainda, 407 áreas de deslizamentos, totalizando mais de 500 mil pessoas em situação de risco. Macedo propõe a constituição de um comitê gestor de riscos, cujo contato com

o Prefeito seja “estrito, direto e prioritário”. Também citou a Lei 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil com atuação articulada da União, estados, municípios e a sociedade.

Ronaldo Malheiros Figueira, geólogo da Defesa Civil da Cidade de São Paulo, falou sobre as ações da municipalidade para adequar o Decreto 47.537/2006, que regulamentou o trabalho da defesa civil no município, à legislação federal de 2012. Destacou como prioridade dar mais força à participação da sociedade nas definições das políticas locais. Na sua concepção, contudo, isso depende da articulação entre os vários níveis de governo.

Segundo ele, as 32 subprefeituras paulistanas já contam com coordenações de defesa civil. E os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdecs) também cumprem papel importante para ações regionais integradas, bem como a criação de sistema de informação que reúna banco de dados, informações técnicas, com estatísticas e ocorrências, imagem em tempo real e integração de centrais operacionais, com as áreas de transporte, segurança, monitoramento hidrometeorológico etc..

Confira as apresentações em:

<http://goo.gl/l3VGUI>

<http://goo.gl/8KQF7F>

<http://goo.gl/UjnE82>

Geólogo do IPT defende criação de comitê gestor de riscos ligado diretamente ao Prefeito.



Durante atividade, técnicos destacaram a importância de ações integradas dos governos e da sociedade para o bom planejamento das cidades.



Carreira própria para arquitetos e engenheiros

Deborah Moreira

A LUTA DOS ARQUITETOS E ENGENHEIROS da cidade de São Paulo pela valorização profissional vem ganhando o apoio dos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. No dia 23 de outubro, durante uma reunião entre servidores e o presidente da Casa, José Américo (PT), esse sinalizou positivamente sobre a retomada de uma carreira própria para as duas categorias.

A menos de dois meses para o final de 2014, a campanha salarial ganha força e passa a cobrar sistematicamente do Executivo Municipal o reajuste para este ano ainda. Desde maio de 2007 não há reposição, e as perdas chegam a 49,46%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE).

“Temos agora, de fato, uma chance de uma negociação verdadeira. A gente começou a estabelecer uma sequência de trabalho. Aquilo que a gestão não tinha permitido ainda. Eles (*o Executivo*) montaram uma comissão de negociação (*Fórum das Entidades Representativas dos Servidores Públicos Municipais*) que não funcionou, impondo algo que não nos interessa, o que nos causou insatisfação, assim como a outros setores”, lembrou Carlos Eduardo de Lacerda e Silva, delegado sindical do SEESP na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP).

Nesse roteiro de trabalho, proposto em conjunto com a Câmara, já está estabelecido que o primeiro ponto a ser negociado é a retirada de engenheiros e arquitetos do

chamado cargo largo, em que diversas carreiras recebem o título de especialista. O gabinete da Presidência da Câmara confirmou que a proposta foi encaminhada à administração municipal e está em análise.

Desde 2007, engenheiros e arquitetos estão nomeados no município como especialistas em desenvolvimento urbano (EDU). Os profissionais, no entanto, deixaram de ter suas carreiras próprias bem antes, durante a gestão Celso Pitta (1998), quando passaram à faixa conhecida por Quadro dos Profissionais do Desenvolvimento Urbano (QPDU). “É um desejo nosso antigo retomar a carreira própria para poder negociar as nossas pautas”, disse Lacerda. Questionada sobre um possível retorno à mesa de negociação, a Prefeitura não respondeu.

Apoio na Câmara

A pressão dos trabalhadores está surtindo efeito no Legislativo municipal. Na semana entre 20 e 24 de outubro, cerca de 150 engenheiros e arquitetos se revezaram para acompanhar a tramitação de alguns projetos do Executivo que, ao invés de avançar nas negociações, retrocede. Exemplo é a apresentação do Projeto de Lei (PL) 312/14, que define a reestruturação das carreiras com remuneração por meio do chamado subsídio – o que, de acordo com os delegados sindicais do SEESP, desconsidera as especificidades das diferentes atribuições profissionais, tornando todos analistas. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão defende que a proposta fará com que os salários dobrem de valor até 2016, chegando ao final da carreira com R\$ 16 mil.

Também foi enviado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PLO) 003/2014, uma vez que é preciso alterar a Lei Orgânica do Município de São Paulo para o pagamento dos servidores por subsídio. O PLO constava na pauta do Plenário para votação na semana passada. Mas, diante da mobilização dos servidores, não houve consenso entre as bancadas, e as sessões foram suspensas.

Segundo Lacerda, o texto está sendo reavaliado, e existe grande chance de re-

tirada de alguns trechos. Foi consenso, por exemplo, que devem ser mantidas as gratificações por tempo de serviço – quinquênios (concedidas a cada cinco anos) e sextas partes (a cada 20 anos). Além disso, quando o servidor assume uma responsabilidade maior, também recebe uma gratificação enquanto estiver em tal cargo específico.

Subsídio

O denominado subsídio surgiu de uma Emenda Constitucional (19/98) do Governo Fernando Henrique Cardoso para restringir os altos salários de servidores e agentes políticos como parlamentares, governadores e prefeitos. A medida foi estendida (a partir de legislação específica) a outras carreiras de mais baixo escalão, o que acabou suprimindo diversos direitos e conquistas dos servidores. O pagamento por subsídio refere-se à soma do piso mais os adicionais, acabando com as gratificações, que passam a ser incorporadas ao piso uma única vez.

“Quando foi criado, a justificativa foi de que havia muitos penduricalhos e era preciso uma reorganização na folha de pagamento. Não é o nosso caso. É um discurso para achatar nossos salários, como já foi feito com outras categorias, como os policiais federais”, afirma Lacerda, que acrescenta: “A lei salarial do município em vigor é muito ruim para o servidor. Se recebermos por subsídio, sem correção da inflação, não teremos mais garantia nenhuma de reposição.”

Desde 2002, a Lei Salarial 13.303 permite que a administração municipal reajuste os salários em 0,01% por ano. “Precisamos que a Câmara se sensibilize sobre a necessidade da adequação dessa lei, que vem há muitos anos resultando em não reposição das perdas. Isso contraria a Lei Orgânica do Município e a própria Constituição Federal”, explica a engenheira Denise Lopes de Sousa, colaboradora do SEESP, que vem realizando apresentações às comissões e bancadas de vereadores sobre os efeitos negativos da legislação.

Essas categorias vêm angariando apoio dos vereadores paulistanos a sua luta por remuneração justa e valorização profissional.



Deborah Moreira

Em campanha, engenheiros e arquitetos lutam para reaver perdas inflacionárias, que aproximam-se de 50%, e retomar carreira própria.

Novidades

Berçário e educação infantil na Vila Mariana

Escola de Educação Infantil Olhar de Criança atende crianças de quatro meses a cinco anos de idade. Está instalada numa área de 612m² com horta, *playground*, brinquedoteca, cinemateca, berçário, salas de balé, estimulação, computação e de aula, cozinha, refeitório, jardim e muito mais. Período mínimo de quatro horas e máximo de 12. Rua São Samuel, 141. Mais informações pelos telefones (11) 3589-4541/43 e *e-mail* olhardecrianca@gmail.com. Descontos de 25% (na mensalidade) e 50% (matrícula).

Clínica médica em São José do Rio Preto

A Partmed Saúde e Medicina oferece aos associados e seus dependentes consultas em todas as especialidades, além de exames de eletrocardiograma, ultrassonografia e *check-up* masculino, feminino e infantil. Rua Benjamin Constant, 3.435, no centro de São José do Rio Preto (SP). Mais informações pelo telefone (17) 3305-8045 e no *site* www.partmedsaude.com.br. Desconto de 24%.

Curso de perícias judiciais em São Bernardo

Interessados podem se inscrever nesse curso, marcado para ocorrer de 2 a 5 de dezembro, das 19h às 22h45, no auditório do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp-SBC). Rua Sarmiento, 341, Centro, São Bernardo do Campo (SP). Mais informações pelos telefones (53) 3231-3622 e 0800-6003622, *e-mail* fernanda@manualdepericias.com.br e no *site* www.manualdepericias.com.br. Desconto de 10%.

Super Lanche na Bela Vista

Lanches tradicionais, especiais e naturais com grande diversificação de pães, frios e molhos especiais, bem como minilanches para *coffee breaks* e comemorações. Também comercializa *kits* alimentação para viagens, excursões, reuniões, feiras, palestras, campeonatos esportivos e eventos. Esse serviço pode ser contratado na Super Lanche – uma empresa que atua no mercado desde 1976. Rua Conselheiro Ramalho, 749, Bela Vista, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3284-5398, 99392-7180, *e-mail* superlanche@superlanche.com.br e no *site* www.superlanche.com.br. Desconto de 10%.

Rede Cinemark na Capital e Interior

Adquira ingressos na sede do SEESP por R\$ 16,00 e troque nas bilheterias dos cinemas da rede Cinemark. Promoção válida na Capital e Interior de São Paulo, exceto nas salas do Shopping Iguatemi, Vip Cidade Jardim, 3ª Dimensão e XD. Mais informações pelo telefone (11) 3113-2664 e no *site* www.cinemark.com.br.

Convênios

DIVERSOS

• **Despachante Vancar** – Os serviços estão disponíveis aos filiados em Ribeirão Preto (SP). Informações pelo telefone (16) 3102-0169 e *e-mail* kinhodesp@hotmail.com. Desconto de 30%.

EDUCAÇÃO

• **Universidade Cidade de São Paulo (Unicid)** – Campanha válida para 2015, com isenção da taxa do vestibular. Graduação presencial: matrícula por R\$ 250,00 e desconto de 10% sobre a mensalidade. Pós-graduação: desconto de 20% (exceto na matrícula e ao curso de Medicina). Ensino a distância: na graduação, a matrícula é de R\$ 90,00 e o desconto, de 30% sobre a mensalidade; na pós-graduação, 30% (exceto na matrícula e ao curso de Medicina). Informações pelo telefone (11) 2178-1589, *e-mail* luana.quezoz@cruzeirosul.edu.br e no *site* www.unicid.edu.br.

• **Universidade Cruzeiro do Sul** – Campanha válida para 2015, com isenção da taxa do vestibular. Graduação presencial: matrícula pelo preço de R\$ 250,00 e desconto de 10% sobre a mensalidade (na pós, é de 20%). Ensino a distância: na graduação, a matrícula é de R\$ 90,00 com desconto de 30% sobre a mensalidade; na pós, 30% (exceto na matrícula e ao curso de Medicina). Informações pelo telefone (11) 2178-1589, *e-mail* luana.quezoz@cruzeirosul.edu.br e no *site* www.cruzeirosul.edu.br.

• **Fundação Santo André (FSA)** – Abertas as inscrições até o dia 14 de novembro próximo para o vestibular unificado da FSA e da Faculdade de Medicina do

ABC. Informações pelo telefone (11) 4979-3300, *e-mail* faleconosco@fsa.br e no *site* www.fsa.br. Desconto de 10%.

SAÚDE

• **Clínica Funchal** – Atendimento com especialistas em acupuntura, cardiologia e ritmologia, cirurgias plástica e vascular, dermatologia, gastroenterologia e cirurgia digestiva, ginecologia e obstetria, nutrição, psiquiatria e urologia. Rua Funchal, 538, conjunto 81, Vila Olímpia, na Capital. Mais informações pelos telefones (11) 3539-0084/85. Desconto de 25%.

• **Neuroclin Clínica Integrada** – Consultas nas especialidades de alergologia, angiologia, cardiologia, dermatologia, endocrinologia e medicina nuclear, gastroenterologia e cirurgia digestiva, geriatria, ginecologia e obstetria, mastologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, pediatria, reumatologia e urologia. Rua Virgínia Aurora Rodrigues, 542, no centro de Osasco (SP). Mais informações pelo telefone (11) 3651-7070 e no *site* www.neuroclinosasco.com.br. Preço da consulta: R\$ 60,00. Desconto de 10% nos exames e procedimentos.

TURISMO

• **Club de Férias** – Chalés, pousadas e apartamentos em várias cidades e convênios com uma rede de hotéis no País e no exterior. Rua Roberto Simonsen, 120, 3º andar, sala 305, Sé, na Capital. Informações pelos telefones (11) 3101-0002/5855, 3104-5644 e no *site* www.clubdeferias.com.br. Descontos de 10% a 40%.

Atenção: os benefícios SEESP são válidos para associados de todo o Estado. Consulte relação completa no *site*

www.seesp.org.br





Engenheiros de segurança do trabalho debatem eSocial



Rosângela Ribeiro Gil

Palestra sobre eSocial atrai muitos profissionais da área de segurança do trabalho.

A Associação Paulista de Engenharia de Segurança do Trabalho (Apaest) realizou, no dia 20 de outubro, na sede do SEESP, na Capital, palestra gratuita sobre a implantação do eSocial – projeto do governo federal que vai unificar o envio de informações pelo empregador em relação ao seu quadro funcional – e seus reflexos no trabalho desses profissionais. O intuito foi atualizá-los quanto às exigências contidas no novo sistema e quais os aspectos discutíveis ou passíveis de serem melhorados, bem como orientar quanto ao preenchimento de vários documentos. O projeto está sendo desenvolvido em conjunto pela Caixa Econô-

mica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ministérios da Previdência Social (MPS) e do Trabalho e Emprego (MTE) e Receita Federal do Brasil (RFB).

Na ocasião, Rogério Luiz Balbinot, presidente da Associação Sul Riograndense de Engenharia de Segurança do Trabalho (Ares), apontou as diferenças dos critérios de avaliação e agentes agressivos do MTE e INSS ao preenchimento dos documentos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Segundo ele, o layout definitivo do sistema 2.0 sairá em novembro próximo.

SEESP usa água de chuva para limpeza geral

Desde 2009, o sindicato capta água de chuva que é aproveitada na limpeza geral de suas dependências, como calçada, quintal e jardim. O sistema foi implantado após reforma realizada na sede, como explicou o vice-presidente da entidade, Celso Atienza. Diante da crise de abastecimento enfrentada pelo Estado de São Paulo, o SEESP investirá em um novo sistema de reúso que reaproveitará a água distribuída pela Companhia de

Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A captação da água de chuva é uma



Beatriz Arruda

Caixa d'água tem capacidade para armazenar 2.500 litros da água de chuva.

Prêmio Personalidade da Tecnologia 2014

O Conselho Tecnológico do SEESP deu início ao processo de escolha dos profissionais que serão agraciados com o Prêmio Personalidade da Tecnologia 2014. Desde 1987, a entidade premia aqueles que colocam seu saber e dedicação a serviço do avanço científico e tecnológico, do desenvolvimento nacional e do bem-estar da população brasileira. Neste ano, serão homenageados expoentes nas seguintes áreas: educação; internet; reindustrialização; energia; reúso da água e valorização profissional.



Eleito delegado sindical na Emae

Em 28 de outubro foi eleito como delegado sindical suplente do SEESP na Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (Emae) o engenheiro Leilton Santos da Silva.

Luta da categoria também está na televisão



Programa leva ao ar ainda pautas de interesse da sociedade.

Desde 30 de abril de 2012, vai ao ar pela TV Aberta de São Paulo o *Jornal do Engenheiro*, produzido pelo SEESP. Com meia hora de duração e formato dinâmico, o programa traz entrevistas, reportagens, notícias e divulga os serviços oferecidos aos associados ao sindicato. Seguindo a linha editorial dos demais veículos do SEESP, o *JE na TV* foca sua pauta no interesse dos engenheiros e dos trabalhadores em geral e nas bandeiras históricas da entidade, espe-

cialmente a luta pelo desenvolvimento sustentável.

O programa é exibido às segundas-feiras, às 19h30, na Capital paulista, nos canais 9 (NET), 72 (TVA) e 186 (TVA Digital) ou pela internet no mesmo dia e horário em <http://goo.gl/LCcLRV>. É transmitido, ainda, para mais 40 municípios paulistas e de outros estados, conforme grade variada (ver em <http://goo.gl/qrX2g>). Todos os programas já realizados estão disponíveis em <http://goo.gl/WCcx7>.

Anuncie no JE e divulgue seu produto ou serviço aos engenheiros do Estado de São Paulo.

(11) 99173-0651
(11) 3284-9880



Seminário em novembro

Numa atividade conjunta do SEESP com a Corregedoria Geral da Administração do Governo do Estado de São Paulo e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB-SP), será realizado, no dia 14 de novembro, das 9h às 18h30, o seminário “Preservação do patrimônio público – transparência, probidade e acesso à informação”, cujo objetivo é o combate à corrupção e a implementação do controle social. O evento é aberto ao público. Mais informações sobre a atividade em <http://goo.gl/xCiHKE>.



Especial Campanhas Salariais

Aumento real e muitas conquistas em 2014



Fotos: Beatriz Armada



Assembleia dos engenheiros da CPTM aprova estado de greve em 8 de maio.

Em todas as negociações, categoria garantiu ganhos acima da inflação sobre os salários, benefícios ou ambos. Saldo positivo constitui melhor resultado da história do SEESP.



Negociação com a Dersa, em 21 de maio.



Audiência no TRT/SP com sindicato e Metrô, no dia 5 de junho.



Assinatura de acordo com a Eletropaulo, em 27 de agosto.

NAS NEGOCIAÇÕES DE 2014, *o melhor*

Soraya Misleh

BALANÇO REALIZADO PELO SINDICATO sobre as campanhas salariais deste ano revela saldo alvissareiro: a categoria obteve o melhor resultado da história da entidade. “Em todas, conquistou-se ganho real, de 1% a 3%, sobre os salários, cláusulas sociais (*benefícios*) ou ambos”, destacou o advogado Jonas da Costa Matos, coordenador do Departamento Jurídico do SEESP. A obtenção de aumento acima da inflação aos engenheiros se repete nos últimos anos: em 2012, a média foi de 2,23% e em 2013, 2,5%.

A análise baseia-se na alta de preços acumulada no período de 12 meses, que, segundo o Instituto de Preços ao Consumidor da Fundação de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), ficou em 5,2% para data-base em 1º de maio, predominante na categoria, e em 5,36%, para 1º de junho.

O saldo positivo revela o acerto na projeção para 2014 feita em seminário que inaugurou esse processo. Em sua 14ª edição, o evento foi realizado na sede do sindicato, na Capital paulista, no dia 26 de março último. A iniciativa tradicionalmente abre as campanhas salariais dos engenheiros e tem por objetivo sedimentar o caminho do diálogo com os interlocutores da entidade à mesa de negociação. Nesta versão, apontou conjuntura econômica favorável no País a ganhos aos trabalhadores. Esse fator, somado à capacidade do SEESP de não se desviar do rumo unitário e independente, como previu o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, assegurou que a tensão pré-eleitoral característica neste ano não servisse de contrapeso.

Além de ganhos reais, todas as conquistas anteriores foram mantidas e houve avanços em muitas empresas.

Até o momento, foram assinados acordos ou convenções coletivas de trabalho com mais de 30 empresas/sindicatos patronais. Ainda não foram finalizadas as negociações com a Telefônica/Vivo (data-base em 1º de setembro) e com empresas cuja data-base é 1º de novembro (*veja quadro*). O processo também permanece em aberto nas Ferrovias Bandeirante/América Latina Logística (Ferrobán/ALL), na Valec e junto à Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), cujas datas-base são, respectivamente, 1º de janeiro na primeira e 1º de maio nas demais. Nesses casos, assim como de algumas entidades patronais, foram instaurados dissídios coletivos na Justiça do Trabalho. As negociações contemplam 100 mil profissionais da categoria no território paulista, o que representa metade desse universo no Estado.

Como indica o balanço, a entidade enquadra-se no que tem se verificado nas campanhas salariais também de outras categorias, como aponta levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Segundo esse órgão, somente no primeiro semestre de 2014, 93% dos acordos ou convenções coletivas de trabalho assinados culminaram em aumento real.

Além disso, nessas negociações, todas as conquistas anteriores foram mantidas aos engenheiros. Entre elas, a garantia de liberação anual do trabalho por 12 dias para reciclagem tecnológica



No 14º Seminário de Abertura das Campanhas Salariais cenário auspicioso e bons resultados neste ano.

(atualização e qualificação profissional); elevação do percentual para pagamento de horas extras; verba para bolsa de estudos; entre outras. Jonas Matos enfatiza ainda que “muitas empresas ou concederam ou abriram a possibilidade de se conquistar a representatividade sindical no local de trabalho, bem como a observância do piso”.

Alguns destaques

Quanto ao último item, exemplo é a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET). Além de atender esse antigo pleito da categoria, reconhecendo o direito ao mínimo profissional – estipulado pela Lei 4.950-A/66 –, a empre-

Karen Blanco



Assembleia da categoria na Emae: aprovados 7% de reajuste salarial.

Beatriz Arruda



Assinatura de acordo com CET culminou em aumento real, garantia do piso e da criação da carreira de engenheiro.

Karen Blanco



À mesa, SEESP assegura ganhos acima da inflação aos engenheiros da SPTrans.

Por resultado DA HISTÓRIA DO SEESP



do SEESP, realizado em 26 de março último, projeção de

sa deu passo adiante: garantiu a criação da carreira de engenheiro no processo de revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). E além de aumento real de 2,7%, totalizando reajuste salarial de 8%, o SEESP assegurou percentual de 11% sobre os vales refeição e alimentação. Índices também conquistados na São Paulo Transporte (SPTrans), em que destaca-se ainda reajuste no Programa de Participação nos Resultados (PPR).

Já na Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), os vales refeição e alimentação foram majorados em 10%, e a cesta de Natal deste ano terá valor igual a esse último benefício. Paga-

mento do piso foi contemplado e se definiu gratificação de férias, além de garantia de emprego até 30 de abril de 2015 para 96% do quadro efetivo de pessoal em 20 de abril último.

Nas energéticas, além de ganhos reais sobre os salários em torno de 2% na maioria (totalizando cerca de 7%), os benefícios, como vales refeição e alimentação, foram reajustados bem acima da inflação, a exemplo da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), em que foi fixado em 18%, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), em 15%; e da AES Eletropaulo e AES Tietê, em 12%. Nessa última, foi garantida ainda a instituição do Plano de Cargos e Salários (PCS). Na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep), os vales alimentação e refeição foram elevados em 8,5%. E na Elektro, em 7,5%, além de terem sido acrescidos mais 0,5% à cesta base (8%) e mantidas as cláusulas sociais preexistentes até 2017. Na Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), por sua vez, foi revisto o modelo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), com possibilidade de ganho maior aos engenheiros.

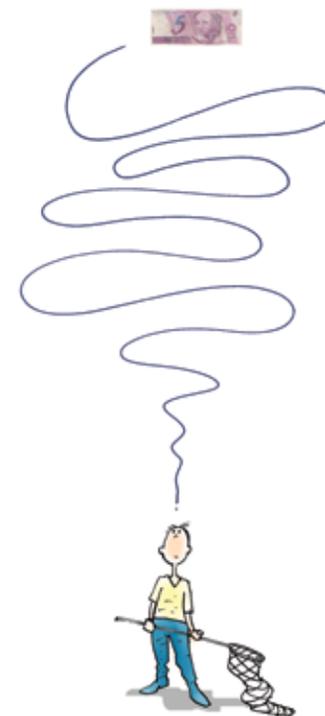
No Centro Empresarial do Aço (CEO) da Usiminas – Escritório São Paulo, em acordo relativo a 2013/2014, o auxílio-creche foi majorado em cerca de 47%, e a categoria obteve abono de R\$ 1.650,00.

Vale salientar também, no rol de avanços, a implantação em caráter definitivo da PLR na companhia Desenvolvimento

Rodoviário S/A (Dersa), cujo pagamento está previsto para início de 2015. Na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), assegurou-se a equiparação de salários pagos no Interior e na Capital e o parcelamento das férias para empregados com mais de 50 anos, bem como reajuste de 7,4% sobre o vale-refeição.

Alguns processos foram duros e nesses, a ação do NCC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos) do Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região (TRT/SP) foi muito importante, como apontou Jonas Matos. Entre eles, o que culminou com aumento real de 3,4%, totalizando 8,7% de reajuste, aos engenheiros da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô). Após uma greve iniciada em 5 de junho último, cujo julgamento se deu no dia 8, foram estabelecidos também, entre outros itens, o cumprimento do piso profissional; pagamento da PLR em parcela única no dia 28 de fevereiro de 2015; cota extra no 13º salário ao vale-alimentação; extensão aos pais do auxílio-creche para filhos até seis anos, no valor de R\$ 579,19, exceto para cônjuge metroviário ou quando a esposa receber o benefício em outra companhia, podendo o empregado optar pelo mais favorável, bem como para filhos com deficiência, sem limite de idade, no valor de R\$ 1.195,70. Temas como Plano de Cargos e Salários continuam a ser negociados no NCC-TRT.

Pagamento de piso e participação nos lucros e resultados foram assegurados em várias companhias, bem como representação sindical no local de trabalho.



Assembleia dos engenheiros da Cetesb, em 27 de maio: obtidos ganhos substanciais nos benefícios.



Audiência de conciliação no TRT/SP relativa a negociações entre SEESP e CPTM.



Assinatura de convenção coletiva de trabalho com a Fiesp em 2 de maio: mantidas cláusulas sociais preexistentes.



Para Murilo Pinheiro, presidente do sindicato, saldo positivo reflete empenho da entidade por remuneração justa e valorização profissional aos seus representados.

Além do expressivo ganho real e conquistas, em 2014, os engenheiros que atuam no Metrô obtiveram vitória na Justiça, referente a dissídio coletivo instaurado relativo às negociações do ano 2000. A companhia foi condenada a efetuar o pagamento de reposição da inflação sobre os salários da categoria – contemplados aí os que trabalhavam na empresa já em abril daquele período.

Aumento real de 3,4% foi obtido também na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), além de PPR, com distribuição metade linear e metade proporcional. Os engenheiros dessa empresa se mantiveram em estado de greve e continuam a negociar o piso profissional no NCC-TRT. Na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) – em que o reajuste sobre o vale-alimentação foi de 20% –, estão pendentes o plano de carreira e o PPR, além do plano de saúde.

Outra conquista foi a assinatura de acordo com a Companhia Docas do Es-

tado de São Paulo (Codesp), após três anos de pendência judicial que impedia avanços sociais, incluindo plano de saúde familiar e vale-refeição de R\$ 797,10. Na mesma região – Baixada Santista –, o acordo na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa)/Usiminas Cubatão assegurou, entre outros itens, reajuste salarial de 5,82% extensivo aos benefícios mais abono de R\$ 1.500,00.

Na negociação com entidades patronais, cabe enfatizar ganhos reais aos engenheiros que atuam na consultoria (7%).

Novos acordos

Neste ano, o SEESP avançou ainda na representação junto a algumas entidades patronais, caso do Sindicato do Comércio Varejista (Sincomércio), e empresas. Entre elas, as do grupo CPFL Energia, com o qual assinou até agosto último três Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs). Das companhias com que pela primeira vez fechou

negociações, após recorrer à Justiça, estão as de Jaguari, do Leste Paulista, do Sul Paulista e de Mococa. Além de reajuste de 6,15% a partir de 1º de abril, destacam-se a conquista de auxílio-refeição no valor de R\$ 283,17, PLR, auxílio-medicamento, conselho de atualização e aperfeiçoamento profissional, gratificação de férias, incentivo à aposentadoria, adicional de periculosidade, auxílio-creche, assistências médico-hospitalar e odontológica, plano de cargos e salários e previdência privada.

Como observou Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente do sindicato, esse panorama é fruto do empenho da entidade por remuneração justa e valorização profissional aos seus representados, cumprindo assim a função precípua de defender os direitos dos engenheiros. “É o principal dado que demonstra o fortalecimento do SEESP ao longo dos seus 80 anos de existência, completados em 21 de setembro último, e trajetória vitoriosa”, concluiu.

Quadro geral das Campanhas Salariais 2014

Empresa	Data-base	Reajuste salarial(*)	Observações	Empresa	Data-base	Reajuste salarial(*)	Observações
Ferrobán/ALL	1º de janeiro	-	Dissídio	Sinicesp (**)	1º de maio	9% para salário até R\$ 8 mil	Acima de R\$ 8.000,01 - 5,82% de reajuste
CPTM	1º de março	7,5%	Em negociação: piso	SPTrans	1º de maio	8%	
CPFL Jaguari	1º de abril	6,15%		Valec/RRFSA	1º de maio	-	Dissídio
CPFL Leste Paulista	1º de abril	6,15%		AES Eletropaulo	1º de junho	7,2%	
CPFL Sul Paulista	1º de abril	6,15%		AES Tietê	1º de junho	7,2%	
CPFL Luz e Força Mococa	1º de abril	6,15%		Cesp	1º de junho	5,36%	
Cosipa/Usiminas Cubatão	1º de maio	5,82%		Codesp	1º de junho	6,37%	
CDHU	1º de maio	6,28%	Em negociação: plano de saúde, PCCS e PPR	Comgás	1º de junho	6,1%	
CET	1º de maio	8%		CPFL Paulista Geração de Energia S/A	1º de junho	7%	
Cetesb	1º de maio	6,28%		CPFL Paulista Comercialização Brasil	1º de junho	7%	
Dersa	1º de maio	6,28%		CPFL Piratininga de Força e Luz	1º de junho	7%	
Febratel	1º de maio	-	Dissídio	Duke Energy	1º de junho	6,55% + 0,5% (jan./2015)	
Fiesp	1º de maio	5,82%		Elektro	1º de junho	7%	
Fecomércio	1º de maio	5,82%		Emae	1º de junho	6,37%	Em negociação: piso profissional para 2015
Metrô	1º de maio	8,70%	Em negociação: Metrus (plano de saúde), adicional de periculosidade e plano de cargos e salários	Cteep	1º de junho	7%	
Sabesp	1º de maio	5,20%		Telefônica/Vivo	1º de setembro	-	Em negociação
Sincomércio	1º de maio	5,82%		CEO Usiminas	1º de novembro	7%	Acordo 2013/2014 assinado em 17/1
Sincamesp	1º de maio	5,82%		CPFL Santa Cruz	1º de novembro	-	Em negociação
Sincoelétrico	1º de maio	5,82%					
Sinaenco	1º de maio	7%					
Sinduscon (**)	1º de maio	7,32% para salário até R\$ 8 mil	Acima de R\$ 8.000,01 - 5,82% de reajuste				

(*) A inflação acumulada no período de 12 meses, segundo o Instituto de Preços ao Consumidor da Fundação de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), ficou em 3,97% para data-base em 1º de março, 5,2% em 1º de maio (predominante na categoria) e 5,36% em 1º de junho. (**) Pedido de dissídio para que os reajustes constantes sejam incorporados à Convenção Coletiva relativa aos engenheiros (conforme acordos firmados com as categorias preponderantes).